

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São
2 João – CBHLSJ. Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e
3 quatro, às dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência (plataforma *JitsiMeet*),
4 tendo como pauta os seguintes assuntos: **1.Aprovação da Sinopse de reuniões**
5 **anteriores (20/09/2023 e 27/03/2024); 2.Aprovação da resolução que “Altera a**
6 **Resolução CBHLSJ nº 172/2022 que institui o Plano Plurianual de Investimentos**
7 **do Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos**
8 **Rios São João e Una para o período de 2023-2027, e cria o Plano Plurianual de**
9 **Investimentos do Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e**
10 **Saquarema e dos Rios São João e Una para o período de 2025 - 2028”;**
11 **3.Aprovação da resolução sobre a “disponibilização de recursos financeiros do**
12 **CBHLSJ no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a construção de Poço**
13 **Artesiano na Comunidade Rural Emiliano Zapata, no município de São Pedro da**
14 **Aldeia/RJ”;** 4.Aprovação da resolução sobre a “disponibilização de recursos
15 financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 713.527,15 (setecentos e treze mil,
16 quinhentos e vinte e sete reais e quinze centavos) para a execução de obra de
17 esgotamento sanitário em Ponta d' Areia, no município de São Pedro da
18 Aldeia/RJ”; 5.Aprovação da resolução sobre a “disponibilização de recursos
19 financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 1.220.000,00 (hum milhão e duzentos e
20 vinte mil reais) para a construção de Tronco Coletor e Estação Elevatória para a
21 captação de esgotos no córrego Piripiri no Bairro Flexeira, no município de São
22 Pedro da Aldeia/RJ”; 6. Aprovação da resolução que “Cria o Grupo de Trabalho
23 para Discussões e Acompanhamento de Projetos de Dragagem (GT Dragagem) no
24 âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e
25 dos Rios São João e Una”; 7.Assuntos Gerais. Onde compareceram os seguintes
26 representantes, por videoconferência, conforme lista de presença: Sr. André Vicente
27 Plastino Silva (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio);
28 Sr. Wilson Luiz Nicodemos (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
29 Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO); Sra. Aline Thomasi da Silva (Fundação
30 Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ); Sr. Carlos Henrique Teles Tibáo
31 (Instituto Estadual do Ambiente); Sr. Evanildo Cardoso Nascimento e Sr. Eduardo
32 Rodrigues Moreira (Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios); Sr. Marcos Felipe
33 Vargas (Prefeitura Municipal de Cabo Frio); Sra. Luciana de Almeida Neri Franco
34 (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras); Sr. Mario Flavio Moreira (Prefeitura
35 Municipal de São Pedro da Aldeia); Sra. Débora Alves Gonzaga da Silva Ballesteiro
36 Pereira (Prefeitura Municipal de Silva Jardim); Sr. Walter Luiz da Silva Ramos
37 (Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos - ASAERLA); Sr.
38 Arnaldo Villa Nova (Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa); Sra.
39 Edna Ferreira Calheiros Saraiva (Associação das Mulheres Empreendedoras
40 Acontecendo em Saquarema – AMEAS); Sr. Elias Fonseca de Mattos e Sra. Cristiane
41 Bastos Mariano (Associação dos Pescadores Artesanais do Distrito de Figueira); Sr.
42 Vinicius Carvalho da Silva Mendes (Associação Raízes); Sra. Dalva Rosa Mansur e
43 Sra. Sandra Barbara de Souza (Instituto de Pesquisas e Educação para o
44 Desenvolvimento Sustentável - IPEDS); Clelvio Martins Castello (Ordem dos
45 Advogados do Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande); Eduardo Gomes Pimenta
46 (Universidade Veiga de Almeida); Sr. Jorge Carmo de Mello e Sra. Irene Alves de
47 Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA); Sr.
48 Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama - CNA); Sra. Dulce Tupy
49 (Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de

50 Pescadores de Iguaba Grande - Z29); Sra. Caroline Souza Fernandes e Sra. Suzana
51 Nascimento Nunes de Souza (Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ); Sr. Ricardo
52 Fernando Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN);
53 Sr. Nelson Ferreira da Costa (Itogress Agrícola LTDA); Sra. Aline Silva Araújo e Sr.
54 Felipe Luz Liberato (Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e
55 Esgoto); Sr. Vitor Gomes Silva (Tosana Agropecuária Ltda). **Convidados:** Sra. Bárbara
56 Aguiar (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); **Entidade Delegatária:** Sra. Cláudia
57 Magalhães (Coordenadora Técnica-administrativa); Sr. Leonardo Nascimento (Analista
58 Técnico do CILSJ/CBHLSJ); Sra. Aline Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ/CBHLSJ);
59 Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ/CBHLSJ); Sr. Breno Berti
60 (Estagiário do CILSJ). **Faltas justificadas:** Associação dos Pescadores Artesanais no
61 Parque das Garças Integrada; Instituto Albatroz; Movimento de Mulheres de Iguaba
62 Grande – MOMIG. O Presidente do CBHLSJ, Sr. Eduardo Gomes Pimenta, iniciou a
63 reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, a Sra. Aline Ribeiro (Analista
64 Técnica do CILSJ/CBHLSJ) comunicou que a Sra. Cláudia Magalhães (Coordenadora
65 Técnica-Administrativa) não poderia comparecer à reunião, pois tinha um compromisso
66 previamente marcado com o Presidente do Consórcio Intermunicipal Lagos São João –
67 CILSJ, e pediu desculpas pela ausência. Seguiu-se, então, para **aprovação da Sinopse**
68 **de reuniões anteriores (20/09/2023 e 27/03/2024)**. Não houve solicitações de
69 alterações por parte dos presentes, sendo assim, as atas foram aprovadas pela maioria
70 dos membros. Passou-se para o segundo item de pauta, sobre a **aprovação da resolução**
71 **que “Altera a Resolução CBHLSJ nº 172/2022 que institui o Plano Plurianual de**
72 **Investimentos do Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e**
73 **Saquarema e dos Rios São João e Una para o período de 2023-2027, e cria o Plano**
74 **Plurianual de Investimentos do Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de**
75 **Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una para o período de 2025 - 2028”**.
76 O Sr. Eduardo Pimenta explicou que foram realizados dois eventos para viabilizar a
77 revisão do Plano Plurianual de Investimentos (PAP) do CBHLSJ: uma reunião
78 preparatória com o INEA e a Oficina de revisão do PAP, que aconteceu em 14 de junho
79 de 2024. Sendo assim, a resolução em discussão era o resultado desses eventos. A Sra.
80 Dalva Mansur (Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável –
81 IPEDS), comentou que, embora a resolução estivesse bem elaborada, acreditava que
82 havia risco de não ser aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de
83 Janeiro (CERHI/RJ) como estava, afirmando que a mesma deveria conter apenas o novo
84 PAP, sem os anteriores. De toda forma, sugeriu aprová-la com essa observação para
85 futura revisão, caso necessário. A Sra. Aline Ribeiro destacou que a resolução foi
86 elaborada com a aprovação dos membros da Câmara Técnica Institucional Legal (CTIL)
87 e com a orientação da Coordenadora Técnica-Administrativa. De toda forma, levaria a
88 observação da Sra. Dalva Mansur à Coordenação. A Sra. Dalva Mansur reiterou que,
89 caso a resolução não fosse aprovada, deveriam incluir apenas o que foi aprovado na
90 oficina para os próximos anos, já que os PAPs anteriores já foram aprovados pelo
91 CERHI/RJ. A Sra. Aline Araújo (Concessionária Prolagos) lembrou que, durante a
92 aprovação da resolução que instituiu o PAP vigente, houve questionamentos por parte
93 da CTIL do CERHI/RJ. Por isso, sugeriu que fosse feita uma avaliação prévia na CTIL
94 do CERHI/RJ para fazer as alterações necessárias antes de levar a resolução à Plenária
95 do CERHI/RJ, garantindo assim sua aprovação conforme as determinações. Sem mais
96 comentários por partes dos membros foi colocado em votação a aprovação da
97 Resolução. Os representantes das seguintes instituições se manifestaram a favor da
98 aprovação: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;

99 Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ; Instituto Estadual do Ambiente
100 – INEA; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de Silva Jardim;
101 Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres
102 Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação dos Pescadores
103 Artesanais do Distrito de Figueira; Instituto de Pesquisas e Educação para o
104 Desenvolvimento Sustentável - IPEDS; Universidade Veiga de Almeida – UVA;
105 Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Clube Náutico de
106 Araruama – CNA; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Concessionária
107 Águas de Juturnaíba – CAJ; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água
108 e Esgoto. Assim sendo, a resolução foi aprovado pela maioria dos membros presentes.
109 Avançou-se para o terceiro item de pauta, sobre a **aprovação da resolução sobre a**
110 **“disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$**
111 **100.000,00 (cem mil reais) para a construção de Poço Artesiano na Comunidade**
112 **Rural Emiliano Zapata, no município de São Pedro da Aldeia/RJ.** A Sra. Dalva
113 Mansur explicou que essa era uma demanda antiga da Comunidade Rural Emiliano
114 Zapata, onde os moradores, que são agricultores, utilizam água salobra em suas
115 atividades ou água de pipa clandestina. Sendo assim, o recurso seria utilizado para a
116 construção de um poço artesiano, baseado na pesquisa da Resub Lagos, que identificou
117 pontos água doce subterrânea em toda a Região dos Lagos, e uma cisterna, atendendo
118 assim às necessidades da comunidade. Além disso, seriam instaladas calhas nas
119 residências para coletar água da chuva, que seria usada na agricultura. Acrescentou que
120 era necessário realizar estudos técnicos detalhados para identificar a localização correta
121 para perfurar o poço, já que quanto mais próximo do Rio Una, mais salobra é a água do
122 lençol freático. O Sr. Fernando Barbosa (Clube Náutico de Araruama – CNA)
123 expressou a necessidade de segurança sobre a vazão de água ao longo do tempo. A Sra.
124 Dalva Mansur comentou que garantir a vazão por um longo período era difícil, mas
125 assegurou que haveria água suficiente por pelo menos cinco anos. O Sr. Fernando
126 Barbosa mencionou a hidrogeologia como uma disciplina capaz de fazer esse tipo de
127 previsão. A Sra. Dalva Mansur afirmou que a demanda estava fundamentada em
128 documentos existentes, mas destacou que, devido às mudanças climáticas, não podia
129 prever as condições climáticas futuras da região, que poderiam afetar a vazão. O Sr.
130 Fernando Barbosa perguntou se seria realizado um projeto piloto ou se o poço seria
131 construído diretamente. A Sra. Dalva Mansur reiterou que o projeto estava baseado no
132 estudo da Resub Lagos e garantiu que funcionaria, oferecendo-se para disponibilizar o
133 estudo aos membros interessados. A Sra. Luciana de Almeida Neri Franco (Prefeitura
134 Municipal de Rio das Ostras) observou que a resolução mencionava o uso do poço para
135 irrigação, mas durante a reunião foi dito que seria para consumo humano. A Sra. Dalva
136 Mansur esclareceu que era para irrigação e também para o uso doméstico, porém a
137 população poderia continuar comprando água para beber, caso quisessem. A Sra.
138 Luciana de Almeida Neri Franco destacou que, segundo a Lei nº 11.445, o saneamento
139 básico inclui o fornecimento de água potável para consumo humano. Se o uso for para
140 irrigação, não é caracterizado como saneamento. A Sra. Dalva Mansur afirmou que o
141 poço seria utilizado para consumo humano, enquanto a água da chuva captada pelas
142 calhas seria usada para irrigação. Acrescentou que o projeto visava atender a todas as
143 necessidades da comunidade, incluindo consumo humano, dessedentação de animais,
144 irrigação, entre outros. O Sr. Arnaldo Villa Nova corroborou com a explicação da Sra.
145 Dalva Mansur. A Sra. Luciana de Almeida Neri Franco, embora satisfeita com a
146 explicação, reiterou que a resolução precisava refletir corretamente esse uso.
147 Respondendo a dúvida do Sr. Fernando Barbosa, a Sra. Aline Ribeiro destacou que o

148 recurso contemplava a realização de um estudo de viabilidade para a construção do
149 poço. O Sr. Leandro Coutinho recordou a audiência pública em Iguaba Grande, na qual
150 um morador da mesma comunidade fez um discurso emocionado sobre como a
151 transposição seria crucial para beneficiar a comunidade. Sem mais comentários por
152 partes dos membros foi colocado em votação a aprovação da Resolução. Os
153 representantes das seguintes instituições se manifestaram a favor da aprovação: Instituto
154 Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Empresa de Assistência
155 Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO; Fundação
156 Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ; Instituto Estadual do Ambiente – INEA;
157 Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de Silva Jardim; Associação de
158 Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação das Mulheres
159 Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação Raízes; Instituto
160 de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável - IPEDS; Colônia de
161 Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos
162 de Água e Esgoto; Tosana Agropecuária Ltda. Assim sendo, a resolução foi aprovado
163 pela maioria dos membros presentes. Seguiu-se para o quarto item de pauta, sobre a
164 **aprovação da resolução sobre a “disponibilização de recursos financeiros do**
165 **CBHLSJ no montante de R\$ 713.527,15 (setecentos e treze mil, quinhentos e vinte**
166 **e sete reais e quinze centavos) para a execução de obra de esgotamento sanitário**
167 **em Ponta d' Areia, no município de São Pedro da Aldeia/RJ”**. O Sr. Arnaldo Villa
168 Nova explicou que o aporte de recurso visava completar o cinturão sanitário da Lagoa
169 de Araruama. Não havendo comentários por partes dos membros foi colocada em
170 votação a aprovação da Resolução. Os representantes das seguintes instituições se
171 manifestaram a favor da aprovação: Instituto Chico Mendes de Conservação da
172 Biodiversidade – ICMBio; Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ;
173 Instituto Estadual do Ambiente – INEA; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Associação
174 de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Associação de Defesa
175 da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres Empreendedoras
176 Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação dos Pescadores Artesanais do
177 Distrito de Figueira; Associação Raízes; Instituto de Pesquisas e Educação para o
178 Desenvolvimento Sustentável - IPEDS; Universidade Veiga de Almeida; Associação
179 Livre dos Aquicultores das Águas do São João – ALA; Clube Náutico de Araruama;
180 Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Concessionária Águas de Juturnaíba –
181 CAJ; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Prolagos S.A
182 Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Assim sendo, a resolução foi
183 aprovado pela maioria dos membros presentes. Abordou-se, então, o quinto item de
184 pauta, sobre a **aprovação da resolução sobre a “disponibilização de recursos**
185 **financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 1.220.000,00 (hum milhão e duzentos e**
186 **vinte mil reais) para a construção de Tronco Coletor e Estação Elevatória para a**
187 **captação de esgotos no córrego Piripiri no Bairro Flexeira, no município de São**
188 **Pedro da Aldeia/RJ”**. Os representantes das seguintes instituições se manifestaram a
189 favor da aprovação: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –
190 ICMBio; Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ; Instituto Estadual do
191 Ambiente – INEA; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de Silva
192 Jardim; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA;
193 Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa; Associação das Mulheres
194 Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS; Associação dos Pescadores
195 Artesanais do Distrito de Figueira; Associação Raízes; Instituto de Pesquisas e
196 Educação para o Desenvolvimento Sustentável - IPEDS; Ordem dos Advogados do

197 Brasil - 62 Subseção de Iguaba Grande; Universidade Veiga de Almeida; Clube Náutico
198 de Araruama; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29; Concessionária Águas de
199 Juturnaíba – CAJ; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN;
200 Itograss Agrícola LTDA; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e
201 Esgoto; Tosana Agropecuária Ltda. Abstenção: Empresa de Assistência Técnica e
202 Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER-RIO. Assim sendo, a resolução
203 foi aprovada pela maioria dos membros presentes. O Sr. Ricardo Guadagnin (Federação
204 das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN), questionou sobre a resolução que
205 aprovava recursos para o GT Drenagem. A Sra. Aline Ribeiro esclareceu que o correto
206 era GT Dragagem. O Sr. Arnaldo Villa Nova informou que ainda não havia sido
207 aprovado e que seria discutido na Câmara Técnica de Saneamento primeiro. O Sr.
208 Ricardo Guadagnin sugeriu que o grupo analisasse a segurança da barragem de
209 Juturnaíba. Tanto a Sra. Dalva Mansur quanto o Sr. Arnaldo Villa Nova afirmaram que
210 essa informação era falsa. A Sra. Dalva Mansur explicou que o boato surgiu de um erro
211 na informação apresentada pela Agência Nacional de Águas (ANA), e que medidas já
212 foram tomadas para corrigir o equívoco. Mencionou que não havia risco de rompimento
213 da referida barragem e que inclusive houve um processo no Ministério Público para
214 investigar a denúncia, com apresentação de laudos. O Sr. Ricardo Guadagnin expressou
215 que tinha o direito de manifestar suas preocupações pessoais no fórum, cabendo ao
216 comitê esclarecer as questões sem causar constrangimento. A Sra. Dalva Mansur
217 sugeriu que tais observações fossem feitas durante o item da pauta "Assuntos Gerais", e
218 não durante a votação das deliberações. O Sr. Ricardo Guadagnin discordou da reação
219 da Sra. Dalva Mansur, mencionando que o momento em que abordou o assunto não
220 justificava a forma como reagiu. A Sra. Dalva Mansur expressou que o Comitê
221 enfrentou grandes dificuldades devido a essa falsa informação. O Sr. Ricardo
222 Guadagnin enfatizou a importância de consideração e respeito por parte da Sra. Dalva
223 Mansur e do Sr. Arnaldo Villa Nova, solicitando ao Presidente do CBHLSJ que
224 avaliasse se a conduta foi justificada e mencionando que isso poderia causar-lhe
225 desconforto ao se manifestar diante do plenário. A Sra. Dalva Mansur reiterou que
226 questões devem ser levantadas no momento apropriado da pauta, não durante a votação
227 das deliberações, e que os membros devem buscar informações pelo site ou através da
228 Secretaria Executiva se tiverem dúvidas. Enfatizou que o tema discutido foi
229 extremamente problemático para o Comitê e o CILSJ devido a um erro na divulgação da
230 ANA. Além disso, mencionou que o assunto já havia sido abordado em atas de reuniões
231 anteriores, entre 2015 e 2017. Dando continuidade, a Sra. Aline Ribeiro solicitou a
232 inclusão de pauta para tratar da **aprovação da resolução que “Cria o Grupo de**
233 **Trabalho para Discussões e Acompanhamento de Projetos de Dragagem (GT**
234 **Dragagem) no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama**
235 **e Saquarema e dos Rios São João e Una”**. O Sr. Arnaldo Villa Nova argumentou que
236 não havia necessidade de criar um novo grupo para esse fim, uma vez que já existia a
237 Câmara Técnica de Saneamento e Dragagem. Lembrou que no passado foi formado um
238 grupo para acompanhar as questões relacionadas à dragagem no Canal Itajuru. A Sra.
239 Aline Araújo ressaltou que a denominação correta da instância em questão é Câmara
240 Técnica de Saneamento e Drenagem Urbana. A Sra. Dalva Mansur explicou que o
241 Grupo de Trabalho foi criado pela própria Câmara Técnica e, portanto, não necessitava
242 de uma resolução específica. A Sra. Aline Araújo destacou a necessidade de renovar o
243 GT, conforme decidido na CTIL, o que justificava a resolução. O Sr. Eduardo Pimenta
244 lembrou que o GT foi estabelecido para atender uma demanda específica dos pescadores
245 em relação às suas artes de pesca. O Sr. Leandro Coutinho acrescentou que o GT surgiu

246 devido à grande demanda dos pescadores por pontos específicos de dragagem.
247 Acrescentou que na última reunião da CTIL, foi apresentada uma proposta de resolução
248 para custear a dragagem da Laguna de Araruama pelas Concessionárias de Água e
249 Esgoto, que acabou sendo retirada da pauta. Por fim, sugeriu que o GT fosse composto
250 também por uma equipe técnica e jurídica, para discutir o assunto. O Sr. Eduardo
251 Pimenta enfatizou que um e-mail foi enviado com as novas indicações de membros para
252 o GT, além da composição atual que era predominantemente do setor pesqueiro. A Sra.
253 Aline Ribeiro apresentou a resolução em questão, destacando os membros que
254 expressaram interesse em participar do GT durante a reunião da CTIL e por e-mail após
255 a reunião, a saber, a Concessionária Prolagos, Colônia de Pescadores de Iguaba Grande
256 – Z-29, MOMIG, IPEDS, Associação Viva Lagoa e UVA. Explicou que o GT anterior,
257 estabelecido em 2023, tinha uma vigência de 12 meses e expirou em janeiro de 2024,
258 necessitando assim de uma nova resolução para sua instituição. O Sr. Eduardo Pimenta
259 solicitou ao Sr. Carlos Tibáo que participasse do GT representando o INEA, o que foi
260 aceito por ele. Em relação à composição do GT, foi sugerido manter os membros atuais,
261 como a Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória e a
262 Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia, e incluir os novos. O Sr.
263 Leandro Coutinho propôs convidar a Capitania dos Portos para participar do GT, ideia
264 apoiada pelo Sr. Eduardo Pimenta. O Sr. Walter Luiz da Silva Ramos (Associação de
265 Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA) expressou interesse em se
266 juntar ao GT. O Sr. Arnaldo Villa Nova destacou que a resolução em questão não se
267 destinava à execução imediata de dragagem em um local específico, mas sim ao aporte
268 de recursos para futuras dragagens. Explicou que era uma medida para institucionalizar
269 um trabalho contínuo, visando garantir recursos para manter o canal hidráulico do
270 Itajuru e assegurar a dragagem regular, o que contribuiria para a renovação permanente
271 da Laguna de Araruama. A Sra. Edna Calheiros (Associação das Mulheres
272 Empreendedoras Acontecendo em Saquarema - AMEAS) solicitou que fosse incluído
273 no escopo do GT a análise da situação da Barra Franca em Saquarema. Mencionou que
274 a obra foi interrompida pelo Ministério Público Federal, e que a Lagoa de Saquarema
275 estava enfrentando sérios riscos devido à falta de renovação de água. O Sr. Arnaldo
276 Villa Nova sugeriu a criação de outro grupo específico para tratar da Barra Franca, se
277 oferecendo para participar. Enfatizou a urgência da renovação da água na Lagoa de
278 Saquarema. A Sra. Edna Calheiros concordou com a proposta. O Sr. Eduardo Pimenta
279 sugeriu então que a Sra. Edna, na qualidade de Diretora do Subcomitê da Lagoa de
280 Saquarema, coordenasse a articulação com as instituições interessadas para formar esse
281 novo grupo. A Sra. Edna Calheiros mencionou que Matheus, o atual Presidente da
282 colônia de pescadores da região, tinha um bom entendimento sobre o assunto. Destacou
283 que ele considerava que parar a obra na Barra Franca foi pior do que continuar. O Sr.
284 Eduardo Pimenta acrescentou que as pedras pioraram ainda mais a situação ao serem
285 deslocadas pela maré, aumentando a obstrução. A Sra. Dulce Tupy, da Colônia de
286 Pescadores Z-24 de Saquarema, enfatizou que Matheus sempre criticou a situação na
287 Barra Franca. Comentou que o atual Secretário de Meio Ambiente do município
288 mencionou que existiam cinco projetos para a Barra Franca, incluindo a opção de abrir
289 em frente à Igreja de Nossa Senhora de Nazareth, em vez de abrir na lateral. A Sra.
290 Dulce relatou que, antigamente, a conexão entre o mar e a lagoa era feita pela frente da
291 igreja, mas a população não teve coragem de questionar a forma como foi feita a obra.
292 Explicou que a comunidade queria muito a obra e acabou aceitando do jeito que foi
293 feito, mas na verdade, a obra sempre foi problemática, sem respeitar os dados históricos
294 e o conhecimento local. O Sr. Mario Flavio, da Prefeitura Municipal de São Pedro da

295 Aldeia, lembrou que o primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que
296 resultou na abertura da Barra foi conduzido por Júlio Wasserman, contratado pela
297 Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), e considerava também o estudo
298 do Rosman. A Sra. Dulce Tupy falou sobre a priorização do conhecimento científico em
299 relação ao conhecimento empírico da população local. O Sr. Vinícius Mendes, da
300 Associação Raízes, defendeu a importância da criação do GT para lidar com as questões
301 da Barra Franca. Mencionou que sua criação vem em um momento crucial para
302 subsidiar o diálogo entre o Comitê e os atores municipais e estaduais, especialmente
303 considerando o estudo de batimetria da lagoa e a previsão de recursos da FECAM para
304 continuar a obra de dragagem. A Sra. Dalva Mansur concordou com a Sra. Dulce Tupy
305 e acrescentou que no passado havia uma conexão natural entre o mar e a Lagoa de
306 Araruama em Monte Alto, Arraial do Cabo, que foi interrompida após a construção da
307 RJ-102 e de residenciais. Explicou que todo ano, em agosto, o mar avança e causa
308 inundações nas casas construídas ao longo do que seria o caminho natural da água. Sem
309 mais comentários por parte dos presentes, foi colocada em votação a aprovação da
310 resolução. Os representantes das seguintes instituições se manifestaram a favor da
311 aprovação: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
312 Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro - FIPERJ; Instituto Estadual do Ambiente
313 – INEA; Prefeitura Municipal de Cabo Frio; Prefeitura Municipal de Rio das Ostras;
314 Prefeitura Municipal de Silva Jardim; Associação de Arquitetos e Engenheiros da
315 Região dos Lagos – ASAERLA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva
316 Lagoa; Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema –
317 AMEAS; Associação dos Pescadores Artesanais do Distrito de Figueira; Associação
318 Raízes; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável -
319 IPEDS; Universidade Veiga de Almeida; Associação Livre dos Aquicultores das Águas
320 do São João – ALA; Clube Náutico de Araruama; Colônia de Pescadores Z-24 de
321 Saquarema; Prolagos S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto;
322 Tosana Agropecuária Ltda. Assim sendo, a resolução foi aprovado pela maioria dos
323 membros presentes. Prosseguindo para os **Assuntos Gerais**, o Sr. Arnaldo Villa Nova
324 abordou a discussão em torno da barragem de Juturnaíba, reconhecendo a relevância da
325 preocupação levantada pelo Sr. Ricardo Guadagnin. Explicou que a barragem
326 originalmente foi construída para possibilitar a irrigação no vale visando o cultivo de
327 arroz, mas as estruturas de suporte deterioraram-se ao longo dos anos, tanto na margem
328 direita quanto na margem esquerda. Acrescentou que, recentemente, foi aprovado um
329 recurso na última revisão quinquenal para sua remoção. Inicialmente, havia planos de
330 reconstruí-la, porém o Comitê considerou que não era mais necessário. O Sr. Jorge
331 Mello (Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA) mencionou
332 que conforme a legislação vigente, a população localizada a jusante da represa deveria
333 ter um sistema de alerta para possíveis problemas, com o objetivo de prevenir
334 catástrofes. Lembrou que no início do CILSJ, houve propostas de projetos para o Rio
335 São João, incluindo a construção de uma barragem logo após a retificação, para
336 diminuir a velocidade da água. A Sra. Dalva Mansur comentou que a população
337 mencionada pelo Sr. Jorge Mello estava situada na Faixa de Proteção Marginal (FMP),
338 destacando a necessidade de ação por parte das prefeituras para removê-las e
339 fiscalização, para evitar novas instalações. Citou um projeto no Parque do Mico-Leão-
340 Dourado para relocar uma comunidade que ocupava as margens do Rio São João. O Sr.
341 Jorge Mello relatou que durante uma recente visita técnica às margens do Rio São João,
342 com a participação do INEA, ICMBio e representantes do Governo do Estado do RJ,
343 constatou-se a presença de várias comunidades, algumas delas maiores do que a

344 mencionada pela Sra. Dalva Mansur. Concordou que essas áreas não deveriam ter sido
345 ocupadas, conforme alegado por Dalva, mas a ocupação ocorreu, e que era necessário a
346 implementação de um sistema de alerta conforme previsto em lei para evitar possíveis
347 desastres. A Sra. Dalva Mansur enfatizou que não era preciso um sistema de alerta, mas
348 sim de um projeto de habitação popular para realocar essas comunidades. Mencionou
349 que o Rio enfrentava um problema ainda mais sério, pois havia assentamentos sobre o
350 leito original após a retificação. O Sr. Jorge Mello complementou que existiam duas
351 situações complicadas: a mencionada por Dalva e o impacto dos agrotóxicos, que
352 estavam causando mutações nas espécies aquáticas. Não havendo mais assuntos a serem
353 tratados, o Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião.
354 Deste modo, eu, Samara M. P. da H. Barros, lavro a presente Ata, para que, depois de
355 lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e
356 assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza
357 seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 27 de junho de 2024.



EDUARDO GOMES PIMENTA
Presidente do CBH Lagos São João